

**DESPACHO DO MINISTRO**  
Em 10 de março de 2015

Nº 5 - Processo Administrativo nº 59601.000029/2013-98. INTERESSADOS: GRAMAZON - GRANITOS DA AMAZÔNIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.583.137/0001-06 e o Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Revisão Administrativa com fulcro no art. 65 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. DECISÃO: Conhecimento do pedido de revisão administrativa interposto pela Empresa e, julgo improcedente, diante da ausência de circunstâncias ou fatos novos relevantes aptos a caracterizar a inadequação da decisão impugnada, ex vi Despacho nº 624/DFR/SFRI/MI, de 18 de dezembro de 2014, bem como do Parecer nº 00382/2014/CGMA/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 8 de dezembro de 2014.

GILBERTO OCCHI

**SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS  
E INCENTIVOS FISCAIS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS****RESOLUÇÃO Nº 5, DE 9 DE MARÇO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24 do Decreto Presidencial nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, e nos termos do art. 10, inciso VII, Seção III, do Capítulo III, do Anexo VIII, da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, e da 2ª parte do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional.

Considerando que a Empresa INJEPLAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.822.425/0001-01, cujo projeto foi aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 9.174, de 12 de novembro de 1999 (fls. 112 - cópia), com conclusão prevista para o ano de 2001, no âmbito da antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, com o objetivo de implantar um

empreendimento destinado à produção de seringas descartáveis, no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se a paralização das obras de implantação, com abandono da área e das inversões existentes, a não apresentação da documentação contábil e a não comprovação da aplicação da última parcela de recursos liberada.

Considerando que a Empresa, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o inciso I, art. 16 e o caput do artigo 12, enquadrando-se no seu §1º, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 c/c o art. art. 44, caput do Regulamento dos Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a Empresa não apresentou defesa escrita e nem recurso administrativo; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59600.000014/2013-30, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam;

Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 06, de 09 de março de 2015, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa INJEPLAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.822.425/0001-01, encaminhando cópia dessa decisão à Comissão de Valores Mobiliários, a Receita Federal do Brasil no Estado do Mato Grosso e ao Banco Operador do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, para providências que couberem no âmbito de suas competências.

JOAQUIM ALFREDO DA CRUZ FILHO

**SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL****PORTARIA Nº 24, DE 6 DE MARÇO DE 2015**

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Iuiú	Estiagem - 1.4.1.1.0	006/2015	28/01/15	59050.000169/2015-10
ES	Castelo	Estiagem - 1.4.1.1.0	13.729	11/02/15	59050.000220/2015-85
ES	Itaguacu	Estiagem - 1.4.1.1.0	7738/2015	30/01/15	59050.000238/2015-87
MG	Capitão Enéas	Estiagem - 1.4.1.1.0	02/2015	02/02/15	59050.000206/2015-81
MG	Cristália	Estiagem - 1.4.1.1.0	005/2015	20/02/15	59050.000224/2015-63
MG	Itaverava	Chuvvas intensas - 1.3.2.1.4	001/2015	01/02/15	59050.000193/2015-41
MG	Lontra	Estiagem - 1.4.1.1.0	4	02/02/15	59050.000192/2015-04
MG	Montalvânia	Estiagem - 1.4.1.1.0	001	10/02/15	59050.000205/2015-37
MG	São Romão	Estiagem - 1.4.1.1.0	05/2015	29/01/15	59050.000197/2015-29
MG	Taiobeiras	Estiagem - 1.4.1.1.0	1974	05/02/15	59050.000209/2015-15
SC	Laurentino	Granizos - 1.3.2.1.3	950	02/02/15	59050.000196/2015-84
SE	Itabi	Seca - 1.4.1.2.0	03/2015	09/02/15	59050.000211/2015-94
SE	Porto da Folha	Seca - 1.4.1.2.0	039/2015	02/02/15	59050.000207/2015-26

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 33, DE 9 DE MARÇO DE 2015**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Porto Acre - AC.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Porto Acre - AC, no valor de R\$ 185.970,50 (cento e oitenta e cinco mil e novecentos e setenta reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de Socorro e Assistência, conforme processo nº 59050.000264/2015-13.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

**PORTARIA Nº 34, DE 9 DE MARÇO DE 2015**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Brasília - AC.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Brasília - AC, no valor de R\$ 701.069,58 (setecentos e um mil, sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), para a execução de ações de Socorro e Assistência, conforme processo nº 59050.000235/2015-43.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

**PORTARIA Nº 35, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

O Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5 e parágrafos do Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004, e nos termos do art. 21 e parágrafos da Portaria MRE nº 717, de 09 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Projeto BRA/12/017, Comissão de Seleção para contratação de consultor para:

Realização de estudo diagnóstico e levantamento de necessidades de fortalecimento das capacidades da equipe da SEDEC para o delineamento de capacitações necessárias e para definição de matrizes curriculares funcionais.

Facilitação especializada em facilitação pedagógica e relação das capacitações internas da SEDEC.

Art. 2º A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

I - Giselle Paes Gouveia, servidora DMD/SEDEC/MI;

II - Leno Rodrigues de Queiroz, servidor do DMD/SEDEC/MI;

III - Cesar da Silva Santana, servidor DMD/SEDEC/MI.

Parágrafo Único. O Oficial de Programa do Projeto no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD poderá participar do presente processo de seleção, em qualquer das suas fases, independente de convite ou autorização.

Art. 3º Os presentes processos seletivos deverão ser submetidos ao Oficial de Programa do PNUD para validação.

Art. 4º O apoio técnico-administrativo será prestado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

**PORTARIA Nº 36, DE 9 DE MARÇO DE 2015**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Governo do Estado do Acre.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Governo do Estado do Acre, no valor de R\$ 3.135.270,83 (três milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e setenta reais e oitenta e três centavos), para a execução de ações de Socorro e Assistência, conforme processo nº 59050.000203/2015-48.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR